



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Unesvi – União de Ensino Superior do Vale do Ivaí Ltda.		<b>UF:</b> PR
<b>ASSUNTO:</b> Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES que, por meio da Portaria nº 305, de 4 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 5 de julho de 2024, autorizou o funcionamento do curso superior de Medicina, pleiteado pela Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC-IVAÍ, com sede no Município de Ivaiporã, no Estado do Paraná, contudo, determinou a redução de cento e vinte para sessenta vagas totais anuais.		
<b>RELATOR:</b> Otavio Luiz Rodrigues Jr.		
<b>PROCESSO Nº:</b> 00732.001860/2022-10		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> <b>265/2025</b>	<b>COLEGIADO:</b> <b>CES</b>	<b>APROVADO EM:</b> <b>9/4/2025</b>

## I – RELATÓRIO

Cuida-se de recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES que, por meio da Portaria nº 305, de 4 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 5 de julho de 2024, autorizou o funcionamento do curso superior de Medicina, pleiteado pela Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC-IVAÍ, com sede no Município de Ivaiporã, no Estado do Paraná, contudo, determinou a redução de cento e vinte para sessenta vagas totais anuais.

Nas razões do recurso, a recorrente requer, em breve síntese, reformar a decisão da Portaria SERES nº 305, de 4 de julho de 2024, que limitou a sessenta vagas anuais a autorização para funcionamento do curso superior de Medicina da FATEC-IVAÍ. A recorrente alega que a decisão administrativa viola o princípio da separação dos poderes e a segurança jurídica, pois contraria uma decisão judicial transitada em julgado que autorizou cento e vinte vagas para o curso superior em comento. Além disso, argumenta que a limitação de vagas desrespeita o princípio da isonomia, já que outras Instituições de Educação Superior – IES que não judicializaram processo podem solicitar aumento de vagas após o reconhecimento de curso superior, totalizando cem vagas. Por fim, pede a reforma da decisão para autorização das cento e vinte vagas inicialmente determinadas pela Justiça ou, alternativamente, a concessão imediata de quarenta vagas adicionais, totalizando cem vagas, para garantir tratamento isonômico.

Os fundamentos do Parecer da SERES relativamente ao objeto do recurso, isto é, ao número de vagas autorizado, seguem em destaque abaixo, conforme os termos da Nota Técnica nº 52/2024/MED/CGAACES/DIREG/SERES:

“[...]

**d) Do limite do número de vagas passíveis de autorização**

Pois bem, para fins de definição do número de vagas, o § 9 do art. 8º da Portaria SERES/MEC nº 531, de 2023, define o limite de 60 (sessenta) das vagas por novo curso de medicina, condicionada à disponibilidade de, no mínimo, 40 (quarenta) vagas, considerando os equipamentos públicos e programas de saúde do município ou da região de saúde, vejamos:

Art. 8º A análise do pedido de abertura de cursos de Medicina e de aumento de vagas em cursos de Medicina já existentes observará, necessariamente, a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município de oferta do curso.

**§9º O deferimento do pedido de abertura de curso de Medicina de que trata o §1º deste artigo fica condicionado à disponibilidade de, no mínimo, 40 (quarenta) vagas, considerando os equipamentos públicos e programas de saúde do município ou da região de saúde, limitada a autorização a, no máximo, 60 (sessenta) vagas por novo curso de medicina.**

Desta feita, dos dados enviados pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Nota Técnica nº 285/2024-CGESC/DEGES/SGTES/MS, procede-se à identificação do número de novas vagas, considerando a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes no município de Ivaiporã/PR e na respectiva região de saúde, considerando os Termos de Adesão encaminhados pela IES, vejamos:

Município/UF e municípios da Região de Saúde, considerando os Termos de Adesão encaminhados	N.º de Leitos SUS	N.º de Vagas Existentes e/ou Previstas	Possibilidade de novas vagas pelo quantitativo de leitos
Ivaiporã/PR	226	0	até 45,2 vagas
22ª RS Ivaiporã/PR (considerando os termos de adesão encaminhados)	434	0	até 86,8 vagas

Ante o exposto, considerando o disposto no § 8º do art. 8º da Portaria nº 531, de 2023, que estabelece que a SERES poderá, para fins de verificação de disponibilidade de estrutura dos equipamentos públicos, de cenários de atenção na rede e de programas de saúde, considerar os dados da região de saúde na qual se insere o município de oferta do curso, verifica-se que, de acordo com os dados do Ministério da Saúde (Nota Técnica nº 285/2024- SGTES/GAB/SGTES/MS)?, há possibilidade de **86,8 (oitenta e seis, virgula oito) novas vagas na região de Saúde**, considerando os termos de Adesão enviados pela IES pleiteante.

Assim sendo, tendo em conta as informações prestadas pelo Ministério da Saúde sobre a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município de Ivaiporã/PR, e respectiva região de saúde, bem como considerando o limite de ao limite de 60 (sessenta) vagas para o caso de autorização de novo curso de medicina, considerando a disponibilidade de equipamentos públicos e programas de saúde no município ou região de saúde para, ao menos, 40 (quarenta) novas vagas, se aplicável o regime da Portaria SERES/MEC nº 531, de 22 de dezembro de 2023; e, atende aos requisitos para autorização no limite de **60 (sessenta) vagas**.

**e) Da Distribuição do número de vagas**

*Cumpra-se destacar que no § 11 do art. 8º da Portaria SERES/MEC 531, de 2023 estabelece o critério de antiguidade para a distribuição do número de vagas, caso haja outros pleiteantes no mesmo município ou Região de Saúde, vejamos*

*§ 11º Caso haja mais de um pedido de autorização de curso de Medicina e/ou de aumento de vagas em um mesmo município ou região de saúde, a distribuição das vagas disponíveis observará a antiguidade da data do protocolo da ação judicial que ensejou o respectivo processamento do pedido administrativo, respeitados os limites previstos nos § 9º e § 10º deste artigo.*

*A respeito desse assunto, consta entendimento consolidado na Nota Informativa nº 22/2024/CGLNRS/GAB/SERES/SERES. A referida nota além de padronizar os fluxos, também orienta a ordem de distribuição das vagas requeridas considerando a multiplicidade de regimes regulatórios dos processos de autorização de curso de Medicina e de aumento de vagas de cursos de Medicina em tramitação, observado o limite de campo de prática, nos seguintes termos:*

*Cada uma das normas fixa diferentes critérios e metodologias para definição do número de vagas dos novos cursos e/ou do aumento de vagas dos cursos existentes, inclusive com tratamentos diversos para a hipótese de haver mais de um pedido concorrente na mesma região de saúde, em razão da limitação do campo de prática. Esta limitação decorre da regra de que os cursos de Medicina, para bom funcionamento, devem ter o limite de uma vaga autorizada a cada 5 leitos SUS disponíveis naquela região de saúde, a fim de viabilizar a prática dos estudantes.*

*Assim, nas situações em que há pedidos distintos sob diferentes regimes numa mesma região de saúde, não há regra única aplicável à totalidade dos casos.*

*Sendo assim, para viabilizar a análise dos processos que estejam na mesma região de saúde, considerando a limitação do campo de prática, a distribuição das vagas nas regiões de saúde será realizada considerando dois critérios:*

***1) Entre regimes regulatórios distintos,** será observada a antiguidade dos processos, devendo-se considerar, para os processos abertos em razão de decisão judicial e em coerência com a previsão contida na Portaria SERES/MEC nº 531/2023, a data de protocolo do processo judicial que ensejou o respectivo processamento do pedido administrativo; por sua vez, nos casos dos processos abertos administrativamente (sob os regimes da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007; Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2013; Portaria nº 523, de 1º de junho de 2018; Portaria nº 1.061, de 31 de dezembro de 2022; e Portaria nº 1.771, de 1º de setembro de 2023), será considerada a data de protocolo do pedido administrativo;*

***2) Entre processos submetidos ao mesmo regime regulatório,** serão adotadas as regras do próprio regime nas suas respectivas particularidades.*

*Em suma, estabelecida a anterioridade processual (item 1), passa-se a se observar, especificamente para cada caso em análise, as regras do regime regulatório (item 2).*

*Tais regras condicionam a expansão das vagas:*

*ao limite do pedido pela IES e dos resultados da avaliação, se aplicável o regime da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007;*

*ao limite da avaliação, da disponibilidade do campo de prática e da relação número de vagas e número de médicos na unidade da federação, se aplicável o regime da Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2013;*

*ao limite de aumento de 100 vagas, considerando a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município e região de saúde de oferta do curso, se aplicável o regime da Portaria nº 523, de 1º de junho de 2018;*

*ao limite de aumento de 100 vagas, considerando a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município e região de saúde de oferta do curso, se aplicável o regime da Portaria nº 1.061, de 31 de dezembro de 2022;*

*ao limite de aumento de 30% (trinta por cento) das vagas já autorizadas para o respectivo curso de Medicina, não podendo o curso ultrapassar a quantidade máxima de 240 (duzentas e quarenta) vagas, considerando a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município e região de saúde de oferta do curso, se aplicável o regime da Portaria nº 1.771, de 1º de setembro de 2023;*

*ao limite de 60 (sessenta) vagas para o caso de autorização de novo curso de medicina, considerando a disponibilidade de equipamentos públicos e programas de saúde no município ou região de saúde para, ao menos, 40 (quarenta) novas vagas, se aplicável o regime da Portaria SERES/MEC nº 531, de 22 de dezembro de 2023; e*

*ao limite de 30% (trinta por cento) das vagas já autorizadas para o respectivo curso de Medicina, não podendo o curso ultrapassar a quantidade máxima de 240 (duzentas e quarenta) vagas, considerando a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município e região de saúde de oferta do curso, se aplicável o regime da Portaria SERES/MEC nº 531, de 22 de dezembro de 2023.*

*Desta feita, levando em consideração o orientado na Nota Informativa nº 22/2024/CGLNRS/GAB/SERES/SERES foram identificados os seguintes processos em tramitação na Região de Saúde 22ª Região/PR:*

Data do Protocolo	Natureza do Protocolo	Tipo de Processo / Ato	Regime Jurídico	Ref. e-MEC	Ref. SEI (tramitação SERES)	Ref. Judicial	Código da IES	Nome da IES	Município	UF	Região de Saúde
21/12/2021	Judicial	Autorização	Portaria 531	202219256	00732.001860/2022-10	1090017-50.2021.4.01.3400	4496	FACULDADE DE TECNOLOGIA DO VALE DO IVAÍ	Ivaiporã	PR	22ª RS IVAIPORA

***Assim sendo, de acordo com os dados do Ministério da Saúde (Nota Técnica nº 285/2024 - SGTES/GAB/SGTES/MS), há possibilidade de 86,8 (oitenta e seis, vírgula oito) novas vagas na Região de Saúde, considerando os termos de Adesão enviados pela IES pleiteante.***

*A partir do quadro acima, observa-se que não existem processos em tramitação na mesma Região de Saúde; de modo que, as 60 vagas estão disponíveis, conforme limites de vagas para autorização de novo curso de medicina, estabelecidos pelo art. 8º, §1º, e § 9º da Portaria SERES/MEC Nº 531, de 22 de dezembro de 2023, e considerando o entendimento da Nota Nº 22/2024/CGLNRS/GAB/SERES/SERES-MEC.*

*Ante o exposto, tendo em conta as informações prestadas pela SGTES/MS sobre a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município de Ivaiporã/PR e respectiva região de saúde (NOTA TÉCNICA Nº 163/2024-CGESC/DEGES/SGTES/MS e NOTA TÉCNICA Nº 285/2024-CGESC/DEGES/SGTES/MS), e considerando os termos da Portaria SERES/MEC nº 531, de 2023, bem como as orientações constantes na **Nota Informativa nº 22/2024/CGLNRS/GAB/SERES/SERES-MEC**, o curso de Medicina – objeto do presente processo – **atende aos requisitos para autorização de 60 (sessenta) vagas anuais, nos limites estabelecidos pela Portaria SERES/MEC nº 531, de 22 de dezembro de 2023.***

*Por fim, não obstante o Conselho Nacional de Saúde tenha se manifestado de forma satisfatória com recomendações à autorização do curso, ressalta-se que tal manifestação tem caráter opinativo, nos termos do art. 41, § 3º, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.*

*Por fim, é importante destacar que as informações sobre estrutura dos equipamentos públicos e programas de saúde no local de oferta do curso, observados os Termos enviados pela IES, **cabe ao Ministério da Saúde**, especialmente no que tange aos leitos SUS (informações acerca da possibilidade de nº de vagas, baseando-se no número de leitos SUS), bem como a relação médico por habitante no município de oferta do curso.*

*Ainda, frisa-se que a utilização do campo de prática referente aos leitos e vagas nos limites informados pelo Ministério da Saúde é de responsabilidade da IES e será acompanhado pela SERES/MEC em parceria com o Ministério da Saúde no processo de oferta do curso.*

## **7. CONCLUSÃO**

*Diante do exposto e, em estrito cumprimento à decisão judicial proferida no processo de nº 1090017-50.2021.4.01.3400, atestada pelo Parecer de Força Executória nº 00464/2022/CORESPNE/PRUIR/PGU/AGU e da Portaria SERES/MEC nº 531 de 22 de dezembro de 2023, e a Nota Informativa nº 22/2024/CGLNRS/GAB/SERES/SERES-MEC, bem como as informações prestadas pela SGTES/MS, no âmbito das Notas Técnicas nº 163 e 285/2024-CGESC/DEGES/SGTES/MS, acerca da estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município Ivaiporã/PR, e respectiva região de saúde, considerando os termos de Adesão enviados pela IES, esta Secretaria manifesta-se **favorável** à autorização do curso de MEDICINA, BACHARELADO, com **60 (sessenta) vagas totais anuais**, pleiteada pela FACULDADE DE TECNOLOGIA DO VALE DO IVAÍ - FATEC-IVAI, código 4496, mantida pela UNESVI - UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO IVAI LTDA código 2097, a ser ministrado na Avenida Brasil, nº 45, Bairro: Centro, Ivaiporã/PR, CEP: 86870-000. [...]"*

### Considerações do Relator

O recurso foi protocolado tempestivamente, nos termos da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

No tocante à matéria de direito, a decisão da SERES baseia-se, corretamente, no conjunto de normas que rege o caso concreto e, em particular, na Portaria SERES/MEC nº 531, de 22 de dezembro de 2023, o que levou ao deferimento da autorização para funcionamento do curso superior de Medicina, mas com redução de vagas em relação ao inicialmente solicitado.

Quanto à aplicação dos critérios decisórios da Portaria SERES/MEC nº 531, de 22 de dezembro de 2023, reporto-me à decisão no caso da Universidade Cruzeiro do Sul, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, Processo e-MEC nº 202215703, conforme deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE no Parecer CNE/CES nº 765, de 24 de dezembro de 2024, na qual se fixou a tese da validade de sua utilização como critério de orientação para a concretização da Lei do Programa Mais Médicos nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Basicamente, aquele precedente refutou a tese do direito adquirido ao regime jurídico vigente ao tempo do protocolo:

“[...]

*A crítica à suposta violação da irretroatividade das normas e ofensa à segurança jurídica pela Portaria SERES nº 531, de 22 de dezembro de 2023, pelo simples fato de se tratar de consolidação normativa adicional à lei, não procede. Isso, aliás, foi expressamente observado pelo STF no acórdão da ADC 81, em relação à Portaria SERES nº 421, de 3 de novembro de 2023, em raciocínio que se aplica integralmente à sua sucessora, Portaria SERES nº 531, de 22 de dezembro de 2023, e ao caso presente.*

[...]

*Em outras palavras, o STF validou a sistemática do padrão normativo consolidado em portaria, admitindo que essa metodologia, usada também pela Portaria SERES nº 531, de 22 de dezembro de 2023, não fere, ao contrário, aperfeiçoa o processo administrativo.*

[...]

*Assim, a pecha de retroatividade das normas administrativas não foi reconhecida pelo STF porque não há, em absoluto, ofensa à segurança jurídica. Esse entendimento é justificado em outra passagem do acórdão da ADC 81, em que a Corte esclarece sua visão sobre o protagonismo do Ministério da Educação – MEC na matéria:*

*[...] cumpre assinalar que a postura jurisdicional em casos como o presente há de ser parcimoniosa, permitindo que a expertise do órgão público responsável pela política pública possa desenvolver-se sem intervenções judiciais que pretendam substituir a Administração.*

*É forçoso reconhecer, portanto, que a Portaria SERES nº 531, de 22 de dezembro de 2023, não apenas não fere a legalidade, como, ao contrário, a prestigia, por conferir transparência aos critérios utilizados nas decisões, compilando uma extensa e complexa gama de indicadores demográficos, de equipamentos de saúde e oferta profissional, conferindo-lhes aplicabilidade e racionalidade, o que permite ordenar a oferta educacional [...]*”

Isso não significa, evidentemente, margem à discricionariedade ou ao excesso decisório da SERES.

A Portaria SERES/MEC nº 531, de 22 de dezembro de 2023, não viola o princípio da irretroatividade das normas e não fere a segurança jurídica, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal – STF na Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC nº 81. A Suprema Corte reconheceu a validade da sistemática normativa consolidada, afirmando que a regra aperfeiçoa o processo administrativo ao conferir transparência e racionalidade na definição de critérios para a oferta de cursos superiores de Medicina. Ademais, o argumento sobre o “direito de protocolo” foi rejeitado, visto que o pedido gera mera expectativa de êxito, sem garantir aplicação das normas vigentes à época. Por fim, foi reafirmado que a análise da relevância e necessidade social deve considerar critérios do Município e da região de saúde, não sendo admitida interpretação que desconsidere parâmetros legais em favor de critérios aleatórios ou subjetivos.

A segurança jurídica não pode ser invocada para perpetuar situações que não mais se adequam às normas vigentes. A Portaria SERES/MEC nº 531, de 22 de dezembro de 2023, é uma norma superveniente e que deve ser aplicada, respeitando-se os direitos adquiridos, mas não as expectativas de direito que ainda não se consolidaram. A redução de vagas não configura violação ao princípio da isonomia, pois a decisão foi baseada em critérios técnicos e objetivos, aplicados de forma uniforme a todas as IES que solicitam autorização para funcionamento de cursos superiores de Medicina. Outras IES também tiveram as suas vagas ajustadas conforme as novas diretrizes. A decisão da SERES foi devidamente motivada, considerando a capacidade da região de absorver novos médicos e a infraestrutura disponível. A redução de vagas é proporcional ao atendimento dos critérios de qualidade e necessidade social, sem configurar excesso ou arbitrariedade.

Quanto à matéria de fato, o deferimento parcial de vagas decorreu da memória de cálculo elaborada pelo Ministério da Saúde – MS, por meio da Nota Técnica nº 285/2024/SGTES/GAB/SGTES/MS e apresentada no Parecer Final da SERES:

“[...]

<b>Município/UF e municípios da Região de Saúde, considerando os Termos de Adesão encaminhados</b>	<b>N.º de Leitos SUS</b>	<b>N.º de Vagas Existentes e/ou Previstas</b>	<b>Possibilidade de novas vagas pelo quantitativo de leitos</b>
Ivaiporã/PR	226	0	até 45,2 vagas
22ª RS	434	0	até 86,8 vagas
Ivaiporã/PR (considerando os termos de adesão encaminhados)			

[...]”



A distribuição das vagas nas regiões de saúde deverá ser realizada considerando o limite de sessenta para o caso de autorização de funcionamento de novo curso superior de Medicina, bem como o limite de trinta por cento já autorizadas para o respectivo curso superior, não podendo esse ultrapassar a quantidade máxima de duzentas e quarenta vagas totais anuais. No caso em análise, a região apresenta capacidade para sessenta vagas, número que está em conformidade com os parâmetros legais e técnicos estabelecidos.

Ademais, o processo protocolado pela IES é o primeiro em ordem cronológica na região, atendendo ao critério de antiguidade previsto no art. 8º, § 11, da Portaria SERES/MEC nº 531, de 22 de dezembro de 2023, e à Nota Informativa nº 22/2024/CGLNRS/GAB/SERES/SERES-MEC. Quando há mais de um pedido de autorização na mesma região de saúde, a distribuição das vagas segue o critério de antiguidade do processo, data do protocolo da ação judicial ou do pedido administrativo:

“[...]

Data do Protocolo	Natureza do Protocolo	Tipo de Processo / Ato	Regime Jurídico	Ref. e-MEC	Ref. SEI (tramitação SERES)	Ref. Judicial	Código da IES	Nome da IES	Município	UF	Região de Saúde
21/12/2021	Judicial	Autorização	Portaria 531	202219256	00732.001860/2022-10	1090017-50.2021.4.01.3400	4496	FACULDADE DE TECNOLOGIA DO VALE DO IVAÍ	Ivaiporã	PR	22ª RS IVAIPORA

[...]”

Em resumo, a regra regulatória estabelece um critério para criação de vagas de Medicina compatível com a disponibilidade de infraestrutura de saúde disponível no local de abertura do curso superior. Essa relação é centrada, dentre outros aspectos, na relação de leitos do Sistema Único de Saúde – SUS por vaga a ser aberta, considerando a razão de cinco leitos SUS disponíveis para cada nova vaga a ser autorizada, os quais não podem, obviamente, ter sido utilizados na autorização de outro curso superior de Medicina.

Neste caso, segundo a SERES, de acordo com os dados do MS, Nota Técnica nº 285/2024/SGTES/GAB/SGTES/MS, há possibilidade de 86,8 (oitenta e seis vírgula oito) novas vagas na região de saúde de Ivaiporã, no Estado do Paraná, considerando os Termos de Adesão enviados pela IES. No entanto, conforme a Portaria SERES/MEC nº 531, de 22 de dezembro de 2023, e a Nota Informativa nº 22/2024/CGLNRS/GAB/SERES/SERES-MEC, o limite máximo para autorização de funcionamento de novo curso superior de Medicina é de sessenta vagas totais anuais, desde que haja disponibilidade de infraestrutura e programas de saúde na região. Como não há outros processos em tramitação na mesma região, essas vagas estão disponíveis e atendem aos requisitos legais, conforme atestado pelas Notas Técnicas nº 163/2024-CGESC/DEGES/SGTES/MS e nº 285/2024-CGESC/DEGES/SGTES/MS, que confirmam a estrutura adequada para a oferta do curso superior. Portanto, o curso superior de Medicina em questão está apto a ser autorizado com sessenta vagas totais anuais, dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente.

Além dessas razões, as bem lançadas considerações no voto de recurso sobre matéria similar, Processo e-MEC nº 202216304, de interesse do Centro Universitário Cesuca, código e-MEC nº 3443, sob a relatoria do Conselheiro Paulo Fossatti, Parecer CNE/CES nº 65 deliberado em Sessão de 29 de janeiro de 2025, também orientam, na apreciação da matéria, a afastar o pedido de aumento de vagas pretendido no recurso:



“[...]

*Contudo, não merece prosperar o apelo da recorrente. Ao contrário do que assevera a interessada, o advento da Portaria SERES nº 531, de 22 de dezembro de 2023, veio com a finalidade de conferir segurança jurídica à política pública regulatória inerente aos pedidos de autorização para funcionamento de cursos superiores de Medicina protocolados em virtude de decisão judicial. [...] é inconteste que esta Portaria, ao estipular regras, limites e critérios objetivos em um único padrão decisório, deflagrou previsibilidade em um contexto regulatório outrora atribulado e extremamente confuso.*

*Ato contínuo, não comungo da tese de que a supracitada Portaria viola o princípio da irretroatividade. Ora, de acordo com as reiteradas manifestações da SERES e da Consultoria Jurídica do Ministério da Educação – Conjur/MEC, a elaboração de padrão decisório específico teve o condão de atender aos ditames da ADC 81. Ademais, a publicização da referida Portaria deu-se em dezembro de 2023. Nesta toada, a recorrente tinha prévio conhecimento dos limites de vagas impostos no art. 8º, § 9º, do marco regulatório. [...] recai sobre a Portaria SERES nº 531, de 2 de dezembro de 2023, a presunção de legalidade, atributo típico dos atos administrativos desta espécie.*

*Nesta esteira, apesar de a IES, em seu recurso junto ao CNE, ter clamado o afastamento da aplicação das normas de direito material da Portaria SERES nº 531, de 22 de dezembro de 2023, ao presente caso, cabe destacar que a Portaria SERES nº 531, de 22 de dezembro de 2023, foi criada considerando os aspectos anteriormente estabelecidos na Lei do Mais Médicos, justamente com o intuito de qualificar a oferta, a criação e a expansão de cursos superiores de Medicina, visando atender demandas sociais em regiões onde há carência significativa de profissionais médicos. Diante deste critério, ela é necessária e é requisito obrigatório para a efetiva implantação da política pública.”*

Encaminha-se, então, o seguinte voto para apreciação da colenda CES/CNE.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Nos termos do art. 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, expressa na Portaria nº 305, de 4 de julho de 2024, que autorizou o funcionamento do curso superior de Medicina, a ser oferecido pela Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC-IVAI, com sede na Avenida Brasil, nº 45, Centro, no Município de Ivaiporã, no Estado do Paraná, mantida pela Unesvi – União de Ensino Superior do Vale do Ivaí Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, com sessenta vagas totais anuais.

Brasília-DF, 9 de abril de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Relator

### **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Vice-Presidente

AGUARDANDO HOMOLOGAÇÃO